

LIDO NO EXPEDIENTE

Em, 26 / 08 / 2009



[Assinatura manuscrita]
1º Secretário

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
GAB. DEP. LEAL JÚNIOR**

**INDICATIVO DE PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 15 DE
DE 05 DE AGOSTO 2009**

*“Altera dispositivos da Lei Complementar nº 28 de 09
de junho de 2003, cria a Coordenadoria Estadual dos
Direitos da Juventude - CEJUPI e dá outras
providências.”*

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas
atribuições legais,**

**Faço saber que a Assembléia legislativa aprova e eu sanciono
a seguinte Lei:**

“Art. 1. À Coordenadoria Estadual dos Direitos da Juventude, vinculada à Secretaria Estadual de Educação e Cultura do Estado, responsável pela proteção dos direitos dos jovens piauienses, coordenação, articulação, execução e implantação de políticas afirmativas e garantias constitucionais para os jovens urbano e rural, compete:

I - Executar a política do Governo relacionada à cidadania e aos direitos da juventude;

II - Zelar pela proteção dos direitos da juventude, colaborando com órgãos públicos e entidades não governamentais que se dediquem a igual objetivo ou que tenham por escopo a defesa e o desenvolvimento da cidadania juvenil;

[Assinatura manuscrita]

- III - Promover a cidadania, apoiando o exercício de direitos individuais e coletivos, despertando o senso crítico e criativo dos jovens;
- IV - Apoiar políticas públicas afirmativas de direitos da juventude, desenvolvidas de forma integrada e articuladas com os diferentes setores da administração municipal, estadual e federal, apoiando e incentivando a aprovação do marco legal das Políticas Públicas de Juventude;
- V - Promover a integração do Estado nos pactos nacionais e internacionais de Políticas Afirmativas;
- VI - Manter relação com a sociedade civil estabelecendo parcerias, redes de colaboração, canais de participação e controle social nas políticas de promoção da identidade e condição juvenil;
- VII - Desenvolver ações afirmativas, com base na prática de programas concretos, voltados aos grupos desfavorecidos por sua condição de classe, sexo, raça, etnia, origem e orientação sexual com oportunidades concretas que garantam seus direitos;
- VIII - Desenvolver interlocução com os diferentes setores da sociedade, com objetivo de apoiar, promover, gerir, estimular e garantir as diferentes formas e meios dos direitos humanos dos jovens;
- IX - Captar recursos para projetos e programas específicos junto a órgãos, entidades e programas internacionais, federais e estaduais;
- X - Desenvolver ações culturais, desportivas, educacionais, festivais, atividades multidisciplinares na perspectiva de estimular a ação protagonista da juventude;
- XI - Colocar em ação os projetos de lei aprovados pelo poder legislativo como o Plano Estadual de Juventude, o Dia da Consciência da Juventude;
- X - Exercer outras atividades correlatas com suas atribuições;

§ 1º. A Coordenadoria Estadual dos Direitos da Juventude terá a seguinte estrutura básica:



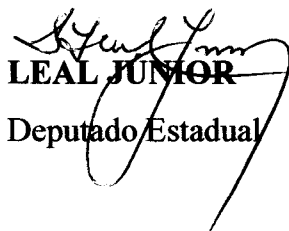
- I - gabinete do coordenador geral;
- II - unidades de diretorias: a) diretoria de unidade de políticas de juventude b) diretoria de unidade de programas e projetos;
- III - gerências;
- IV - coordenações;
- V - assistência de serviços;
- VI - assessoria técnica;
- VII - supervisões.

§ 2º Integram também a estrutura básica da Coordenadoria Estadual dos Direitos da Juventude:

- I - O Conselho Estadual dos Direitos da Juventude.”
- II - Centro de Comunicação e Referência da Juventude

Artigo 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO
PIAUÍ, 05 DE AGOSTO DE 2009**

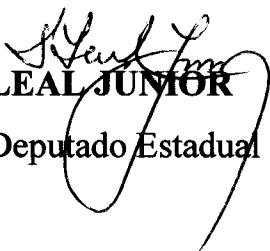

LEAL JUNIOR
Deputado Estadual

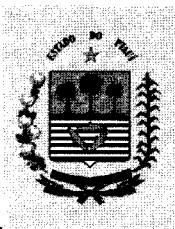
JUSTIFICATIVA

O Brasil possui atualmente, segundo o IBGE (2006), 51,1 milhões de pessoas que estão na faixa etária de 15 a 29 anos, correspondente à 27,4% da população local.

A população jovem brasileira, inclusa a do Estado do Piauí, dentre outros muitos problemas, passa pela falta de emprego, pela falta de segurança e pela falta de qualificação profissional.

A criação de uma entidade governamental específica no Estado do Piauí, visando tratar de problemas relacionados exclusivamente à juventude, é um pleito de todas as entidades civis relacionadas ao tema e irá proporcionar um melhor atendimento aos jovens do Estado do Piauí, com o desenvolvimento de políticas especiais que atendam à classe.


LEAL JUNIOR
Deputado Estadual



Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça
para os devidos fins.

Em 02/09/09

Elvagas
Conceição de Maria Lages Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado

Antonio Carlos

para relatar.

Em 02/09/09

Antônio Carlos
Presidente Comissão de Constituição
e Justiça



Assembléia Legislativa do Estado do Piauí

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

INDICATIVO DE LEI COMPLEMENTAR Nº: 15/09

PROCESSO : AL 1765/09

AUTOR: DEPUTADO LEAL JÚNIOR

RELATOR: DEPUTADO ANTÔNIO UCHÔA

I - RELATÓRIO

Encaminhado a esta relatoria nos termos do Art. 61 da Constituição Estadual combinado com o artigo 139 do Regimento Interno, apresentamos parecer ao Indicativo de Lei Nº 15/09 que **“Altera dispositivos da Lei Complementar nº28 de 09 de Junho de 2003, cria a Coordenadoria Estadual dos Direitos da Juventude – CEJUPI e dá outras providências”**.

II – PARECER

Após análise desta relatoria, baseada no estudo da Constitucionalidade, legalidade e boa técnica legislativa, conclui-se:

A presente proposição visa a criação de uma entidade governamental específica no Estado do Piauí, visando tratar de problemas relacionados exclusivamente à juventude. Com isso, proporcionar um melhor atendimento aos jovens do Estado do Piauí, com o desenvolvimento de políticas especiais que atendam à classe.



Assembléia Legislativa do Estado do Piauí

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

II – VOTO

É com base nos princípios da **eficiência administrativa** e do **interesse público** que esta relatoria é de parecer favorável ao normal trâmite da presente proposição.

Assim, votamos.

SALA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 28 de Setembro de 2009.


Dep. ANTONIO UCHOA
RELATOR

